

A ABOLIÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS INJUSTIÇAS: A LUTA DOS NEGROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

Thiago Dantas da Silva
Graduando em História - UFPB
Maíra Rodrigues dos Santos
Graduanda em História - UFPB

No final do Século XIX as Teorias Raciais vão ser introduzidas de forma intensa dentro do mundo intelectual brasileiro. O interessante é imaginar que esses pensamentos racistas, vão surgindo exatamente no fim do regime escravista brasileiro, servindo assim como combustível para alimentar e dar continuidade as diferenças sociais impregnadas na sociedade brasileira, desde a colonização. Além de nutrir a falta de oportunidade para os ex-escravos, deixando-os a mercê da criminalidade e dos “subempregos”. É consenso que essas ideias racistas vão surgir na Europa indo na contra mão do pensamento de igualdade, liberdade e fraternidade que estavam em voga desde a Revolução Francesa e que inspiraram movimentos libertários em todo mundo.

Dentro deste contexto a vertente científica para explicar a origem do homem ficou conhecida como Poligenista, baseada nas ciências biológicas. Os principais métodos de análise poligenista eram a Frenologia¹ e na Antropometria². “Para esses cientistas o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual se podia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental. O objetivo era, dessa maneira, chegar a reconstrução de “tipos”, “raças puras”.” (SHUWARCZ: p. 54, 1993)

O reforço das Teorias Raciais no mundo europeu vão intensifica-se ainda mais com os estudos feitos por vários cientistas a partir da obra *A Origens das Espécies* de Darwin. Assim as descobertas de Darwin no campo da evolução e seleção natural, vão levar alguns intelectuais a pensa os ideias deterministas do Darwinismo Social³. Os pressupostos do Darwinismo Social são extremamente cruéis mesmo para o contexto histórico aos quais seus defensores estavam inseridos, primeiro apostavam na ideia de Tipos Perfeitos (indivíduos que não eram miscigenados), segundo consideravam a

¹ Visava estudar o comportamento humano e personalidade com base na forma da cabeça.

² De forma geral a antropometria visava à medição de partes do corpo humano.

³ Teóricos como E. Renan, Le bom Taine e Gobineu utilizavam o Darwinismo Social para justificar suas práticas racistas.

mestiçagem como uma praga para a sociedade “civilizada” que precisava ser evitada e eliminada.

Na esteira do Darwinismo Social tínhamos ainda na sociedade europeia do século XIX, a marca racista da Eugenia⁴. Que de uma forma geral tratava-se do pensamento de intervir na reprodução humana, para eliminar raças ditas inferiores. Era uma modificação da teoria da Seleção Natural de Darwin, uma espécie de Seleção Artificial. Para estes cientistas do século XIX só com uma raça pura é que uma nação teria condições de desenvolve-se.

As influências das ideias racistas e deterministas das Teorias Raciais serão introduzidas no Brasil no fim do século XIX e perduraram de forma intensa até o fim da Primeira República em 1930. Os discursos racistas travestidos de cientificidade foram propagandeados no Brasil, pelos museus, institutos históricos, faculdades de direito e principalmente faculdades de medicina.

Dentro deste contexto a Faculdade de Medicina da Bahia se destacava, para eles o grande mal de nossa sociedade era a miscigenação, nossas doenças, casos de loucura e criminalidades eram todos frutos do cruzamento racial, corrigir esse erro era uma meta para fazer o país melhorar. “Na ótica medica o objetivo era curar um país enfermo tendo como base um projeto médico – eugênico amputando a parte gangrenada do país para que restasse uma população de possível “perfectibilidade”.” (SHUWARCZ: p. 190, 1993.).

O discurso dos médicos baianos era vinculado em meios de comunicação, como por exemplo, na Gazeta Médica da Bahia, espaço, onde Nina Rodrigues⁵ destacava-se com suas publicações que tratavam a mestiçagem como problema de “saúde pública”. Ainda dentro deste discurso, os advogados e as faculdades de direito tinham papel fundamental, eram eles os responsáveis por justificar na lei as práticas racistas.

Além do preconceito e da discriminação causada pelas Teorias Raciais tínhamos ainda no período a exclusão dos negros dos campos econômicos. O Brasil do fim do século XIX e início do Século XX vivia momentos decisivos para sua afirmação como nação, era um momento de efervescência política, caracterizado pela Proclamação da República e pela Abolição da Escravidão. Mas todas essas novidades não mudaram de forma significativa o *status* da população negra brasileira. A Abolição, apesar de

⁴ O termo Eugenia foi criado pelo cientista Inglês Francis Galton, primo de Darwin.

⁵Raimundo Nina Rodrigues era um médico e antropólogo baiano, famoso por defender as Teorias Científicas Raciais.

garantir a liberdade na forma da lei não garantiu aos ex-escravos e mestiços a inserção no mercado de trabalho livre. Desta forma vamos ver no início do Brasil Republicano uma alta taxa de negros enveredando para os caminhos da criminalidade ou em ocupações braçais desgastantes e com baixa remuneração, como a construção civil.

A mão de obra estrangeira foi largamente usada no Brasil do período aumentado ainda mais a falta de oportunidade dos recém-libertos e seus descendentes. De modo geral os salários pagos aos trabalhadores estrangeiros eram bem baixos, mas isso não impediu que cerca de 3,8 milhões desembarcassem no Brasil até o fim da Primeira República tanto para o trabalho no campo, como para o trabalho nas indústrias que começavam a surgir no Brasil, mas “O grosso da população imigrante foi recrutada para a lavoura” (CARDOZO: p. 23, 1985), a iniciativa de trazer imigrantes europeus para o Brasil era ainda respaldada pela ideia de “embranquecimento” da população, a meta era miscigenar a população com brancos para “curar as feridas” de séculos de miscigenação entre indígenas, negros e brancos.

De modo geral percebemos que o interesse das elites e do governo brasileiro era excluir o negro do plano político, social e econômico. Para isso, utilizaram as Teorias Raciais e a imigração europeia, que era um processo de marginalização dos indivíduos negros. Mas de forma alguma, os negros vão ser passivos neste processo, eles vão movimentar a cena política brasileira, sendo agentes ativos nas principais revoltas populares do início da Primeira República. A ideia era cobrar os ganhos sociais que sempre tiveram direito principalmente depois da Abolição. Dentre os principais conflitos do período com participação efetiva da população negra (homens e mulheres) temos: A Guerra de Canudos, A Revolta da Vacina e A Revolta da Chibata.

O conflito de Canudos explodiu no Sertão da Bahia, onde sob a tutela de Antônio Conselheiro, milhares de homens livres e pobres fundaram uma comunidade para tentar melhorar suas vidas. A massa populacional de canudos era formada por homens e mulheres em sua maioria negro(a)s e ex-escravos. É fato, que aproximadamente dois terços da população de Canudos era formado por mulheres, tendo estas, participação direta na constituição da comunidade, embora a historiografia ainda careça de trabalhos sobre o real papel dessas mulheres dentro da guerra. A configuração social de Canudos mostra que séculos de exploração escravista e o pós-abolição (sem perspectivas), fez esse grupo junta-se, Canudos era organizado e por causa disso uma série de boatos sugiram afirmando as pessoas que compunham o arraial iriam derrubar o governo republicano, isso fez com que o exército brasileiro destruísse a

comunidade depois de algumas investidas, apesar de todas as dificuldades impostas pela população do arraial.

As manifestações populares que tiveram os negros como participantes efetivos na busca por melhores condições de vida aconteceram tanto nas zonas do interior do Brasil como foi o caso de Canudos, como também nos grandes centros urbanos como foi o caso da Revolta da Vacina e da Revolta da Chibata.

No Rio de Janeiro do raiar do século XX (1904), as doenças⁶ eram constantes. Os higienistas e a classe dominante “culpava” a população pobre em especial os indivíduos negros, seus bairros (cortiços) e moradias pela proliferação de doenças, que (segundo eles) impedia a chegada de indivíduos de outros países, prejudicando a imigração de europeus, além de manchar a imagem do Brasil como nação.

De modo geral podemos entender que as Teorias Raciais davam o tom das políticas sociais e de saúde. Baseados nisso começou-se a demolição⁷ dos Cortiços no centro do Rio de Janeiro e a criação da lei da vacinação obrigatória contra a varíola. No ano de 1904 começaram as visitas das brigadas de saúde, para a vacinação, mas as visitas já eram constantes anteriormente para tentar erradicar outras doenças contagiosas. Assim afirma José Murilo de Carvalho:

Os alvos preferidos das visitas eram naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodo e cortiços, onde comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial. (CARVALHO: P. 94, 1987).

Isso fez a população⁸ da Capital do Brasil explodir em protestos, a vacina era entendida como uma imposição, pois ninguém sabia ao certo como a mesma funcionava, além das brigadas de vacinação que entravam à força nas casas das pessoas (uma espécie de justificativa moral para Revolta). Tudo isso motivou para a insurreição de uma população que já padecia por falta de oportunidades.

Em 1910, outra revolta que teve os negros como protagonistas eclodiu na Capital Federal. A falta de oportunidades e os constantes castigos físicos e morais fizeram os marinheiros do Rio de Janeiro desencadearem a Revolta da Chibata. A marinha brasileira era composta por homens pobres e negros em boa parte que ainda eram

⁶ Entre as principais doenças tínhamos a tuberculose, peste bubônica, varíola e febre amarela.

⁷ A demolição dos bairros pobres também tinha como meta a organização estrutural do centro do Rio de Janeiro. Era a remodelação urbana feita pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906)

⁸ Em especial os trabalhadores braçais e aqueles com ocupações indefinidas.

castigados a base da chibata por seus superiores, prática herdada do período escravista. Em um primeiro momento o motim dos marinheiros trouxe resultados, pois a governo aceitou as reivindicações e anistiou os rebelados, mas em um segundo momento, os revoltosos passaram a ser perseguidos e presos, medidas que iam na contra mão da lei de anistia. Porém conseguiram acabar com os castigos físicos na marinha do Brasil.

Em suma, as revoltas protagonizadas por negros na Primeira República evidenciam a insatisfação constante que vivia boa parte da população brasileira nos momentos seguintes da Abolição. Esta que não garantiu uma mudança efetiva de vida para a população livre que se espreitava nos centros urbanos e no interior em busca de melhores condições de vida e de seus direitos como cidadãos. Claro que o discurso em torno da inserção do negro e dos mestiços no mercado de trabalho, por parte de determinadas correntes sempre foi que, essas pessoas estavam inseridas na sociedade. Uma dessas correntes é a chamada Democracia Racial.

A democracia racial foi constituída para confirmar que no Brasil não havia nenhum preconceito ou mesmo que não havia desigualdade social entre a população branca e negra. A partir disso, Fernandes (1978) ressaltou que nunca houve uma “democracia racial” e que isto se deu pelo falseamento ideológico racista e pelas classes burguesas dominantes do Brasil, com isso ocorre à construção desse mito “democrático”.

Em contra ponto, Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala abordou que o Brasil era um país onde todas as raças conviviam de forma harmoniosa, difundindo assim uma “democracia racial”, e ainda que possuísse uma junção de diversos povos a sociedade estaria isenta da propagação do racismo.

A UNESCO em 1950 em virtude de compreender e dialogar as relações raciais e dessa pacificação harmoniosa das raças, financiou os professores da Universidade de São Paulo – USP, entre eles Florestan Fernandes, para elaborar estudos sobre a ideia de democracia racial, estes estudos desmistificaram e fez com que reforçasse a ideologia de que há desigualdade sociais e econômicas entre brancos e negros.

A ideologia da democracia racial defendida e difundida por Freyre foi contestada por Fernandes, uma vez que sua pesquisa demonstrou que os negros, devido ao processo de escravidão, foram tratados como inferiores e que essa realidade não mudou após a escravidão. Observa-se que Fernandes esperava que o

desenvolvimento do capitalismo no país resultaria na integração do negro na sociedade de classes. (LOPES: BRITO, 2012, p. 8.)

As ideias de Fernandes voltadas para o mito da democracia racial estaria pautada apenas no discurso político, ou melhor, de dominação política sob a comunidade negra. Contudo, Fernandes (1978, p. 141) esboçará que a adequação aos “estilos urbanos de vida” era privada aos negros onde estes não possuíam condições mínimas de sustentar-se e de participar economicamente, culturalmente e socialmente do meio urbano. A desmistificação desta democracia esta pautada na ideia que mesmo após o fim da escravidão, os negros continuavam a ser marginalizados e excluídos do processo social do país. Revelando que a democracia racial não é verídica, podemos afirmar que no período pós-escravidão, os negros e seus descendentes continuaram com o *status* diferente em relação aos brancos, pois é de fato que a população branca “sempre” viveu superior aos negros. Com isso, após a abolição, estes que até então já eram “pertencentes” ao Brasil, passaram a ser largados pelo governo, que os deixou sem trabalho digno e sem moradia.

Em virtude disso, Fernandes irá salientar que;

O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existente. (FERNANDES: 1978, p. 268 – 267)

Em suma, as disparidades entre negros e brancos, de forma geral continuaram depois da escravidão, por toda a Primeira República e possui seus resquícios até os dias atuais. Nosso país, infelizmente é a nação do preconceito velado, cheio de elementos da tão famosa Democracia Racial propagandeada por intelectuais como Gilberto Freyre. Vencer essa forma massacrante de preconceito é complicado, porque ele se esconde em gestos, em palavras e na agressão. Não é de forma alguma um preconceito aceito e estimulado pelo estado como aconteceu nos regimes de segregação racial dos EUA e da África do Sul, mas que deixa feridas físicas e mentais. O Movimento Negro é o principal expoente na luta contra o preconceito.

O Movimento Negro no Brasil surgiu um ano depois da Abolição e foram registradas as criações de grupos de associações, grêmios e clubes para mobilizar a

população negra, devido a isso Domingues (2007) ressaltará que a primeira fase do movimento negro vai da Primeira República ao Estado Novo, de 1889 a 1937. Em 1931, ocorreu a criação da Frente Negra Brasileira – FNB em São Paulo, esta teve bastante repercussão e conseguiu mobilizar as massas, criando as “delegações” em alguns estados como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Sobre as mulheres, Domingues cita que

“Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”. Independentemente do exagero de Lucrécio, cumpre assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos.” (DOMINGUES: 2007, p. 106).

Considerado como uma segunda fase do Movimento Negro da segunda República à ditadura militar de 1945 a 1964 observa-se que foram organizados grupos como em Porto Alegre no ano de 1943, onde a União dos Homens de Cor, UHC ou Uagacê foi fundada por João Cabral Alves no intuito de elevar o nível econômico, político e ideológicos dos negros da época. Outro grupo foi o TEM - Teatro Experimental do Negro em 1944, no Rio de Janeiro, e tinha como liderança Abdias do Nascimento, além disso, foi realizado em 1950 o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Numa terceira fase que iria de 1978 a 2000, nota – se que com a ditadura militar o movimento reduziu, muitos foram acusados, perseguidos, mas mesmo assim, o Movimento tentou burlar o regime.

Segundo Domingues,

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô*

(1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento Soul, depois batizado de Black Rio. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

A partir de 2000 caracterizou uma quarta fase do Movimento Negro que tange nas influências culturais e artísticas para a campanha antirracista. Atualmente, o Movimento Negro está pautado na luta de integração negra na sociedade, através das políticas de publicas e campanha pela afirmação da Identidade Negra, e além buscar a erradicação do racismo e do preconceito sofrido por estes.

Devido a estas práticas preconceituosas que vêm sendo denunciadas e combatidas pelo Movimento Negro, vemos que as esferas governamentais vêm tomando algumas providencias no sentido de acabar com as práticas racistas. A criação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo da História da África e da Cultura Afro-brasileira, nas instituições de ensino brasileiras é uma dessas iniciativas.

Essa Lei acarreta não o Ensino com o conteúdo programático, mas com a formação e a valorização do negro na sociedade, como sua ancestralidade africana, sua cultura e história, com isso, as instituições de ensino deverão seguir os princípios e seus desdobramento como a Consciência Política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidade e de Direitos, Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminação. Temos também o movimento em torno da Lei Cotas em Universidades que forma geral vem sendo bem aceita pelas principais instituições de ensino superior no Brasil.

Referências

BRAGA, Udineia. *Canudos: Sob uma Perspectiva de Gênero*. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Udineia%20Braga%20Braga.pdf.

Acesso em 25/10/2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, Bori (org.). *História Geral da Civilização Brasileira- O Brasil Republicano-Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo: Difel, Vol.1.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados e a República que não foi* – São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 2007, vol.12, nº 23, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 13 de Nov. de 2012.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 1.

_____, Florestan. *O Protesto Negro*. Rev. São Paulo em Perspectiva, 2(2): 15/17. Abr/Jun. 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* – 1. Record: Rio de Janeiro, 2002.

LOPES, Jussara de Cássia Soares; BRITO, Ângela Ernestina C. de. “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”: Uma Análise das discriminações e desigualdades raciais no Brasil. In: III CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012. **Anais:** Montes Claros – MG: 2012. 15 p. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/eugenia/Jussara%20de%20Cassia%20Soares%20Lopes.pdf>. Acesso em 22 de out. de 2012.

MOURA, Clóvis. *Brasil: As raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983. FALTA

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Daniel Antônio Coelho; CARVALHO, Danilo Nunes de. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista*. Revista Brasileira de Educação e Cultura – Centro de Ensino Superior São Gotardo, n.1, p. 08 23/2010. Disponível em:

<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/38> Acesso em: 19/10/2012.